

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ NO CENÁRIO DA DITADURA MILITAR: ENTRE O CONSERVADORISMO E A RESISTÊNCIA

LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL EN PIAUÍ EN EL CONTEXTO DE LA DICTADURA MILITAR: ENTRE CONSERVADURISMO Y RESISTENCIA

SOCIAL WORK EDUCATION IN PIAUÍ IN THE CONTEXT OF THE MILITARY DICTATORSHIP: BETWEEN CONSERVATISM AND RESISTANCE

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.58722>

Sofia Laurentino Barbosa Pereira¹

Resumo: Analisa-se a formação no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí no contexto da Ditadura Militar. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, pautado no método de análise dialética de Marx. Constata-se que o primeiro currículo do curso era direcionado por uma perspectiva conservadora, o que não implica a inexistência de segmentos progressistas e críticos no processo formativo nesse período. Isso evidencia que a tentativa do Regime Militar de implantar uma política educacional de controle, enquadramento e repressão não neutralizou por completo os espaços de resistência democrática, sobretudo no âmbito das universidades.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação. Ditadura Militar. Universidade Federal do Piauí. Currículo.

Resumen: Se analiza la formación en el curso de Trabajo Social de la Universidad Federal do Piauí en el contexto de la Dictadura Militar. Se trata de un estudio bibliográfico y documental, con enfoque cualitativo, basado en el método de análisis dialéctico de Marx. Parece que el primer plan de estudios del curso estuvo guiado por una perspectiva conservadora, lo que no implica la inexistencia de segmentos progresistas y críticos en el proceso de formación durante este período. Esto muestra que el intento del régimen militar de implementar una política educativa de control, encuadre y represión no neutralizó completamente los espacios de resistencia democrática, especialmente en el contexto de las universidades.

Palabras clave: Trabajo social. Formación. Dictadura militar. Universidad Federal de Piauí. Currículo.

Abstract: The objective is to analyze training in the Social Work course at the Federal University of Piauí in the context of the Military Dictatorship. This is a bibliographic and documentary study, with a qualitative approach, based on Marx's dialectical method of analysis. It appears that the course's first curriculum was guided by a conservative perspective, which does not imply the non-existence of progressive and critical segments in the training process during this period. This shows that the military regime's attempt to implement an educational policy of control, framing and repression did not completely neutralize the spaces of democratic resistance, especially in the context of universities.

Keywords: Social Work. Education. Military dictatorship. Federal University of Piauí. Curriculum.

Introdução

O Serviço Social no Brasil, no decorrer de sua trajetória, orientou-se por diferentes projetos formativos que expressaram as direções adotadas pela profissão ao longo de sua história, refletindo as transformações sociais, políticas e culturais da realidade. Esse cenário também pode ser observado no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, criado em 1976, no cenário da Ditadura Militar, cujo primeiro currículo pleno tinha profunda relação com o contexto sócio-histórico do seu surgimento, podendo ser compreendido como expressão não só um projeto de profissão, mas de formação e de sociedade da época e da região. Isto posto, objetiva-se analisar a formação no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí no cenário da Ditadura Militar. O estudo apresenta parte dos resultados de pesquisa realizada durante estágio pós-doutoral no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da professora doutora Carmelita Yazbek. Esta se insere como subprojeto da pesquisa “História e Memória do Serviço Social no Piauí”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, que utilizou como fontes de informação: currículos, programas de disciplinas, relatórios, dentre outros. Além do acervo institucional, foram levantados documentos nacionais do Serviço Social e do Ministério da Educação, como currículos mínimos, resoluções, decretos, pareceres etc. Ademais, fez-se necessário estudar a série histórica das produções de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da UFPI, com ênfase nos estudos sobre o ensino e a formação profissional, assim como as dissertações, teses, relatórios de pesquisas e memoriais de docentes ativas e aposentadas do curso. Também foram localizadas entrevistas e depoimentos escritos e em vídeos de sujeitos importantes para essa trajetória, publicados em revistas, pesquisas e eventos disponibilizados no *youtube* que foram importantes para o estudo. Assim como realizou-se uma revisão da bibliografia histórico-profissional existente sobre o Serviço Social no Brasil.

Os dados foram analisados a partir do método dialético de Marx, entendido não como um conjunto de regras formais, mas como uma lógica para análise da realidade social, que exige do pesquisador uma visão de mundo teórico-crítica, para capturar o movimento histórico do real e extrair dele as suas múltiplas terminações, ou seja, apreender a essência dos fenômenos, suas contradições, sua construção e transformação social e histórica.

A formação em Serviço Social na UFPI na dinâmica sociopolítica da Ditadura Militar

A Ditadura Militar, instaurada no Brasil a partir de 1964, é compreendida aqui como produto da contrarrevolução burguesa no país, expressão da dominação do Estado por um bloco de poder, cuja classe mais importante é a grande burguesia financeira e monopolista. Sob esse regime autocrático, o aparelho estatal é colocado a serviço dos interesses da acumulação do capital, utilizando-se da violência, repressão, censura e da destruição ampla das conquistas democráticas populares, de modo a intensificar a exploração das classes trabalhadoras (Ianni, 1985).

A Universidade Federal do Piauí foi criada sobre esse contexto, no cerne do Regime Militar, em 1968, nos termos da Lei nº. 5.528/68, atendendo aos interesses desenvolvimentistas da época que concebiam a educação como fator de crescimento econômico, ao formar profissionais aptos a estimular os investimentos industriais na região e, portanto, incentivar processo de modernização piauiense. Dessa forma, incorporava as propostas da Reforma Universitária da Ditadura, de que a “universidade seria a ‘solução mágica’, para a superação do atraso frente às outras unidades da federação e para impulsionar o desenvolvimento” (Passos, 2006, p.143).

Ao mesmo tempo, respondia as inquietações de grupos políticos tradicionais do Piauí, aos lhes oferecer os meios necessários para continuidade no poder e fortalecer sua articulação junto ao governo federal. Assim, a “Universidade favorecia a conservação das antigas estruturas de poder e uma linha de continuidade entre o tradicional e o moderno” (Passos, 2006, 91). Logo, a criação de uma Universidade no Piauí atendia aos interesses da oligarquia local que, conseqüentemente, beneficiaria os militares que estavam no poder no cenário da Ditadura. Entretanto, também foi resposta de demandas da sociedade piauiense, que “sonhava” com a criação de uma Universidade no Estado.

Poucos anos após a sua inauguração, foi criado o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, em 1976, motivado pela carência de assistentes sociais para atuar nos programas sociais das diversas instituições que se ampliaram no Estado desde a década de 1970, associada a grande demanda de piauienses em busca de cursar Serviço Social em universidades em outras regiões do país (UFPI, 1987).

O denominado primeiro “Currículo Pleno” do curso de Serviço Social da UFPI foi implantado em 1977, atrelando-se ao Currículo Mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, pelo Parecer nº 242/70, que trazia como disciplinas obrigatórias a sociologia, psicologia, economia, direito e legislação social, política social, teoria do Serviço Social, ética profissional, e Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Abreu (2016, p.248) explica que o Currículo Mínimo de 1970 “acentua a formação tecnicista para atender às exigências do padrão educacional imposto pela ditadura e do mercado de trabalho consolidado e expandido pela “modernização conservadora” implementada pelo Estado”. Assim, embora a categoria, no país, já avançasse nos questionamentos e críticas ao conservadorismo, a proposta curricular vigente ainda reforçava os postulados funcionalistas, articulados a uma perspectiva desenvolvimentista, atendendo aos interesses do Estado autocrático burguês.

Importante lembrar que a perspectiva modernizadora constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no país, emergente no contexto da Ditadura Militar, tendo, de um lado, um conteúdo reformista no seio da profissão, ao visar a sua laicização e validação teórica, com base na matriz estrutural-funcionalista, de aporte norte-americana, através da qual a profissão adquire um cariz moderno e tecnicista. De outro lado, essa vertente tem um caráter conservador, uma vez que a profissão mantém uma atuação voltada a adequação do indivíduo a sociedade, na lógica da harmonia social e que, portanto, é funcional ao capitalismo (Netto, 2015).

O primeiro Currículo Pleno do curso de Serviço Social da UFPI segue essa perspectiva e acompanha a lógica da proposta curricular nacional – a exemplo da fragmentação dos conteúdos voltados

a tríade “caso, grupo e comunidade” – mas também possuía suas particularidades – com destaque ao peso dado as disciplinas voltadas a psicologia. Isso demonstra que a formação tinha influência norte-americana, sobretudo no Serviço Social de Caso, guiada por uma concepção psicanalista e centrada no indivíduo e, no Serviço Social de Grupo e Comunidade, pautava-se em uma visão funcionalista da realidade (Dantas, 1991).

A proposta curricular trazia uma tendência de psicologização da vida social que, segundo Netto (2011), atende à ideologia burguesa, na medida em que gera a individualização dos problemas sociais, transferindo a sua resolução para o próprio sujeito, que precisaria mudar o seu comportamento para se ajustar e integrar à sociedade. Dessa forma, a lógica que direciona a formação profissional na UFPI no primeiro currículo, orientava-se por uma concepção do Serviço Social tradicional e conservadora.

O projeto formativo se articulava a uma compreensão do(a) assistente social como promotor do bem comum e do desenvolvimento. A partir análise das ementas, verifica-se uma concepção conservadora, tradicional, pragmatista e funcionalista do Serviço Social, além de uma tendência metodologista na formação, voltada a capacitação técnica e ao ensino de instrumentos para intervenção na realidade, em direção ao ajustamento e adaptação de indivíduos e famílias aos valores da sociedade burguesa.

Ao mesmo tempo que o currículo de Serviço Social da UFPI expressava a perspectiva de “modernização conservadora”, há também elementos da “reatualização do conservadorismo”, pelo apelo as dimensões de subjetividade e a compreensão do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial. Segundo Netto (2015), essa perspectiva, emergente no cerne do processo de renovação da profissão no Brasil, também não rompe com o tradicionalismo, vinculando-se ao projeto do capital, ao recuperar alguns componentes da herança conservadora, repondo-os sob uma base teórico-metodológica nova, sofisticada, de inspiração na fenomenologia, que também pode ser observada no curso do Piauí naquele momento.

A análise do projeto curricular, dos programas de disciplinas, aliado a outros registros e bibliografias da época, apontam ainda uma fragilidade teórica na formação da UFPI naquele momento, além da ausência de conteúdos voltados para a compreensão da história do Serviço Social e da realidade sócio-histórica do país e da região, o que pode ser explicado à luz do contexto da Ditadura Militar, que buscava esvaziar esses conteúdos históricos da educação. Isso pode ser observado no trecho do depoimento a seguir, retirado de entrevista realizada com uma professora de Serviço Social da UFPI que se formou no referido currículo:

No início, quando montou o curso em 76 aqui a gente já adotou o modelo que já vinha vigorando em todo país que era o modelo ainda chamado conservador [...] Então, o que esse modelo dos anos 80 tentou superar, foi exatamente a ausência de uma teoria crítica, aliás, uma ausência de qualquer teoria, por que a adesão ao caso, grupo e comunidade, que era o eixo central do currículo anterior, ele era muito mais técnico, procedimental, do que teórico, tendo em vista a forma como ele se apropriou dessa matriz norte-americana [...] Faltava uma teoria que tivesse mais adaptada tanto a metodologia, como aos procedimentos, que tivesse mais adaptado a realidade latino-americana e brasileira. [...] Esses modelos foram criados nos Estados Unidos e importado para o Brasil, então falta adaptação a realidade brasileira, a realidade piauiense, nordestina (Professora 5). (Silva, 2019, p.48).

Dessa forma, naquele momento, no Piauí, a formação era marcada “pelo pragmatismo e empirismo enquanto técnica social restrita a execução que carece ainda de uma sólida base científica em

termos de investigação, da produção de conhecimento” (Carvalho; Bonetti; Yamamoto, 1984, p.131), que era reflexo de como o Serviço Social se constituiu historicamente no país. Percebe-se ainda uma carência de conteúdos que fornecessem uma compreensão sobre a inserção profissional na realidade brasileira e piauiense.

Muitos dos limites observados no primeiro currículo do curso de Serviço Social da UFPI são reflexos do processo vivenciado pela formação profissional no país. No entanto, essa discussão aparecia no Piauí de forma tardia, pois a categoria, no cenário nacional, já avançava na construção de uma nova proposta curricular, que foi aprovada de 1982, mas vinha sendo debatida desde 1975, visando, entre outros elementos, ultrapassar a lógica da fragmentação da tríade “caso, grupo e comunidade” e a fragilidade teórico-metodológica que permeava o processo de formação em Serviço Social no Brasil, que expressavam o rompimento com o conservadorismo, resultante do processo de renovação da profissão.

De tal modo, o surgimento da Universidade Federal do Piauí no âmbito da dinâmica sociopolítica do Regime Militar, inclusive para atender os interesses da elite local e dos militares no poder, e do curso de Serviço Social sob esse contexto, teve impactos na construção do seu primeiro currículo, que foi permeado por uma concepção tradicional e conservadora da profissão. Isso não significa, entretanto, que não existissem contradições e disputas de direções no âmbito da formação nesse cenário, como será analisado a seguir.

Organização política, movimento estudantil e resistências democráticas: atravessamentos na formação em Serviço Social na UFPI

Sabe-se que no contexto da Ditadura Militar o Serviço Social brasileiro já avançava em seu processo de renovação profissional, rechaçando em críticas ao modelo de formação tradicional. No entanto, o currículo implementado no curso da UFPI na época não se articulava com essa perspectiva, tendo clara influência do modelo norte-americano. Dessa forma,

[...] a escola de Serviço Social piauiense não adotava uma postura teórica pautada no materialismo histórico ou dialético. E nem mesmo introduz algumas disciplinas em seu currículo pleno, relacionadas a esse tema. [...] Percebe-se que o primeiro currículo pleno, quando na época implementado, já se encontra defasado, desatualizado e inadequado diante da realidade e do próprio movimento nacional de revisão do currículo mínimo vigente (Silva, 2003, p.39 apud Rosa; Silva; Nascimento, 2003, p.1).

Portanto, havia um descompasso da formação profissional no Piauí com as discussões do Serviço Social no Brasil, que já avançava na perspectiva renovadora e no diálogo com a tradição marxista. Conjectura-se que isso ocorreu em decorrência da conjuntura ditatorial vivenciada, considerando que, mesmo não estando presente no documento curricular, há registros de docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFPI engajados(as) na militância política da época e que tinham afinidade com a teoria marxista e, por isso, sofriam repressão dentro da universidade, como explicita o relato a seguir, de professora do referido curso que vivenciou esse momento histórico ainda enquanto estudante:

[...] Era época de clandestinidade dos marxistas, e as universidades eram cheias de “dedos duros”, de pessoas vigiando pra entregar pra ser preso [...] porque pelo caminho da clandestinidade, como estudante, eu fui recrutada por um partido marxista [...] então os meus primeiros textos foram escondidos dos professores e dos colegas, eram mimeografados, escondidos e enrolados em sacos plásticos, distribuídos na surdina, escondidos em telhados, porque se fossem descobertas qualquer leitura marxista, a gente poderia ser preso, como terrorista (Professora 3). (Silva, 2019, p.41).

Sabe-se que o regime de exceção, instaurado no Brasil a partir do Golpe Militar de 1964, tentou silenciar a voz dos setores da população que ameaçassem o seu poder, sendo um período marcado pela ausência de direitos civis e políticos. A Universidade, enquanto espaço privilegiado para o pensamento crítico e, portanto, locus de resistência política, não ficou alheia a esse movimento, ao contrário:

[...] A política educacional da ditadura materializou a sua intenção de controle e enquadramento implementando praticamente a destruição de instrumentos organizativos do corpo discente, promovendo um clima de intimidação do corpo docente [...] e, muito especialmente, reprimindo com furor inaudito as propostas, experiências, movimentos e instituições que ensaiavam e/ou realizavam alternativas tendentes a democratizar a política, o sistema e os processos educativos (Netto, 2015, p.82).

Muitos são os registros de estudantes e professores(as) que sofreram censura, perseguição e tortura no Brasil. Na esteira desses acontecimentos, é importante lembrar o Decreto-Lei 477/69, criado com base no AI-5, que configurou como crime passível de graves penalidades qualquer atitude considerada de natureza política praticada por professores(as), alunos(as) e funcionários(as) de estabelecimentos de ensino (Fonseca Neto, 1994). Há vários registros sobre a infiltração de agentes da Polícia Federal, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e informantes do Serviço Nacional de Informação (SNI) nas universidades brasileiras, com objetivo de vigiar e delatar momentos considerados suspeitos de serem contrários ao Regime Militar. O Curso de Serviço Social da UFPI não se isentou desse processo, como explicita o depoimento fornecido pela docente pioneira do curso, Aglair Alencar Setúbal, em evento sobre a memória do Serviço Social no Piauí:

Eu tive mandado de prisão. Quando foi iniciada a primeira disciplina de Introdução ao Serviço Social, o SNI [...] encaminhou uma correspondência ao reitor da Universidade Federal do Piauí para saber o que é que a professora Aglair estava fazendo que estava dando direitos humanos. E olha, foi no ano que foi proclamada a Declaração de Direitos Humanos no mundo [...] E na disciplina de Introdução ao Serviço Social [...] tinha na programação da disciplina o estudo dos direitos humanos. [...] Eu só não fui presa por que o professor Camilo se responsabilizou. E a documentação era muito séria. Um aluno de serviço social havia feito a denúncia, do caráter subversivo pelo qual estava sendo dado a disciplina no curso de Serviço Social. [...] A fiscalização era imensa em relação a todos os professores (Setúbal, 2021).

O relato anterior revela como os conteúdos da formação em Serviço Social passavam pelo crivo do regime autocrático ditatorial, assim como a censura e perseguição política sofrida por docentes na UFPI. Assim,

O Golpe de 1964 vai cooperar diretamente para a criação de um clima de intimidação teórica e política que faz reproduzir e aprofundar os componentes ideias conservadores e regredir as tendências esquerdizantes que penetram em algumas experiências de formação (Silveira Junior, 2022, p.56).

Isso também pode ser observado em outro depoimento, de estudante da primeira turma, Maria do Rosário de Fátima e Silva, em vídeo comemorativo dos 45 anos do curso de Serviço Social da UFPI:

A minha turma, por exemplo, foi atrasada em um semestre, por que a disciplina de política social, que nós precisávamos cursar, o reitor retardou a oferta desta disciplina por que ele queria encontrar um professor da sua confiança para ministrar a disciplina. Nós estávamos em 79, em plena abertura lenta, gradual e restrita, mas com muitos órgãos de repressão ainda presentes aqui no Estado, como o DOPS, que é o departamento de polícia que ainda estava existindo. Então o reitor tinha muito cuidado com isso, e receio, e ele terminou já na última hora convidando um padre do Colégio Diocesano para ministrar essa disciplina. E o conteúdo dessa disciplina foi doutrina social da igreja. Depois foi substituído por outro Frei franciscano que também deu continuidade a essa proposta. E nós, na época, queríamos que o professor adotasse a revista Serviço Social e Sociedade recém lançada, cujo primeiro número abordava todo o seu conteúdo sobre política social, e não tivemos esse acesso (Silva, 2021).

Os depoimentos anteriores são fundamentais para compreender os impactos do cenário político ditatorial na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, revelando também a influência da doutrina católica no projeto formativo no Piauí. Ao mesmo tempo, os relatos desses atores que vivenciaram – e construíram – essa história evidenciam que esse movimento não foi homogêneo, sendo permeado por resistências e posicionamentos contra hegemônicos, que passaram a demandar mudanças na direção do currículo da UFPI.

Isso revela que, apesar da tentativa do Regime Militar de implantar uma política educacional de controle, enquadramento e repressão, não foi possível neutralizar por completo os espaços de resistência democrática, sobretudo no âmbito das Universidades, das quais o Movimento Estudantil teve papel fundamental (Netto, 2015). Dessa forma, corrobora-se com Netto (2016, p.70) da necessidade de “desmistificar a noção de que, sob a ditadura, eram “impossíveis” elaborações de cariz crítico”.

Nesse contexto, merece destaque a participação de discentes de Serviço Social da UFPI no Movimento Estudantil, cujas reivindicações e conquistas ultrapassaram e muito os muros da universidade, se inserindo na luta mais ampla contra o regime ditatorial e na defesa da liberdade e da democracia, como ilustra o trecho a seguir:

Durante o Curso de Serviço Social fiz parte do movimento estudantil, me inserindo no Diretório Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) via eleições, representando o curso de serviço social na chapa eleita. Este foi um período em que participei em encontros, seminários e congressos – nacionais e estaduais promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e em movimentos em prol de melhores condições de ensino na Universidade local, dentre outras atividades. Um período de Ditadura Militar no governo Ernesto Geisel (1974-1979). Os acontecimentos e as perseguições se viviam nas Universidades: participar de atos públicos, fazer discursos em público, participar de reuniões coletivas era proibido, nós estudantes não tínhamos medo, no entanto as reuniões para organizar os eventos e os estudos políticos dos temas relacionados as ideias mais revolucionárias que fundamentavam nossas lutas aconteciam

na clandestinidade. Após as aulas nos encontrávamos no interior da universidade em lugares pouco conhecidos para não sofrer perseguições e/ou prisões: naquele dia, em um ato contra a ditadura e em defesa da liberdade de expressão (Ferreira, 2019, p.27-28).

No depoimento acima, retirado do memorial de Maria D'alva Macedo Ferreira, docente aposentada da UFPI, formada na segunda turma do curso de Serviço Social pela mesma instituição, evidencia-se o engajamento no Movimento Estudantil, no período da Ditadura Militar. Isso reforça que, mesmo com a direção conservadora do Currículo, que tentava trazer uma ilusória perspectiva de neutralidade à formação profissional, segmentos de vanguarda já se apropriavam dos debates políticos da época.

Os poucos estudos localizados sobre o Movimento Estudantil no Piauí destacam a importância do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFPI, considerando a frágil tradição de organização e de lutas estudantis políticas no Estado até o seu surgimento (Fonseca Neto, 1995). Na Universidade Federal do Piauí, o DCE foi criado por Ato da Reitoria, que indicaria os presidentes e componentes da entidade, dessa forma: “a entidade nascia tutelada e submetida à burocracia universitária” (Sudário, 2008, p.62). Foi diante desse cenário que emergiu o Grupo de Estudos Gerais que, segundo Fonseca Neto (1995), foi a primeira organização não-oficial feita por estudantes da UFPI que, após ampla mobilização pelas eleições diretas para o DCE – que se articulava a um amplo movimento que já acontecia em todo o país – lançou a chapa “Travessia”, sendo a primeira gestão eleita diretamente por estudantes na UFPI, em 1979 (Fonseca Neto, 1995; Maciel, 2020).

Na esteira desses acontecimentos, vários Centros Acadêmicos por cursos foram surgindo – resultado do plano das ações e lutas concretas da nova gestão do DCE – se contrapondo aos antigos Diretórios Setoriais que congregaram estudantes por centro de ensino, que foram criados como parte da estrutura burocrática da UFPI, no cerne da demanda político-legal do regime civil-militar, com objetivo de esvaziar as representações por curso (Fonseca Neto, 1995; Maciel, 2020). Foi nesse contexto que foi criado o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), cuja primeira assembleia geral aconteceu em 1980.

Esse foi um momento de importantes avanços na luta por uma organização autônoma e atuação mais livre e engajada das entidades estudantis no Piauí, em que o DCE da UFPI passou a se articular de forma mais direta com o Movimento Estudantil no cenário nacional e com os debates políticos mais amplos que estavam sendo feitos naquele período de efervescência no Brasil (Fonseca Neto, 1995). Assim, as pautas políticas de lutas do Movimento Estudantil da UFPI perpassavam as demandas locais, internas à universidade – tais como diminuição do preço da refeição no restaurante universitário, melhorias da estrutura física universitária, transportes para os estudantes, concurso público para docentes, dentre outros – mas também se estendiam as lutas nacionais, articulando-se a ampla mobilização pela redemocratização do país.

Nessa esteira de acontecimentos, o Movimento Estudantil da Universidade Federal se consolida como espaço importante de ação política no Piauí. No depoimento de Valéria Silva, estudante do curso de Serviço Social que foi a primeira mulher presidente do DCE da UFPI, é possível observar isso:

O movimento era impressionantemente forte. Nós à época conseguíamos mobilizar não só a universidade, mas mobilizávamos a opinião pública, a cidade de Teresina. [...] Discutíamos fortemente a questão dos funcionários fantasmas. Os estudantes se mobilizavam e faziam greves. A universidade parava. E normalmente eram os estudantes que puxavam os professores nessa luta política. E por que era assim? Porque nós acreditávamos em algo que está à frente. Havia uma ideia que nos coletivava e nos juntava. [...] Foram essas experiências que nos fizeram ter essa força de nos contrapormos, à época, à restrição democrática, ao clientelismo, à falta quase que absoluta de condições de estudo, seja em relação a bibliotecas, restaurantes, etc. (Silva, 2009).

Os(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI se inseriram ativamente nesse processo, em gestões do DCE, do CASS, participando em eventos e mobilizações organizadas por entidades estudantis locais e nacionais, a exemplo dos congressos da UNE na década de 1980. Além disso, o curso contou com importantes lideranças estudantis que contribuíram com a organização política do movimento e, de forma mais ampla, somaram-se na luta pela redemocratização do país.

Nos depoimentos de Valéria Silva e Masilene Rocha, estudantes de Serviço Social da UFPI e presidentes do DCE em distintos momentos na década de 1980, é possível ter um vislumbre do significado do Movimento Estudantil para sujeitos que o vivenciaram na época:

Nós vivíamos à época, como você sabe, num regime militar com o cerceamento quase total da liberdade. O Movimento Estudantil era o lugar de se praticar e acreditar na liberdade no sentido da possibilidade da criação, de construir o que não está construído. [...] Então, o Movimento Estudantil foi esse lugar que a sala de aula à época não podia fazer, não conseguia fazer, por uma série de questões, inclusive pedagógicas, o jeito que nós entendemos o que é o ensino superior. O Movimento Estudantil é essa arena de possibilidade, de tanto imantar nessa luta e acreditar nesses outros valores da solidariedade, de amizade como campo de expansão da ação política mesmo e também acreditar naquela área de construção do novo. Então, para mim, isso a sala de aula não me deu. Quem me deu foi o Movimento Estudantil (Silva, 2009).

O Movimento Estudantil, como qualquer movimento social daquele período, gerou uma carga pedagógica ampla para os que o protagonizaram. Aprendemos muito na luta dos estudantes, sobretudo porque, logo ao ingressar, se entendia que essa luta não é de um segmento isolado e não é somente por uma universidade em especial, no caso da UFPI. Aprendemos a ler a conjuntura, seus distintos sujeitos em conflito, os diferentes projetos em tela. Aprendemos a avaliar os ciclos de confronto e seus atores. Aprendemos a articular, mobilizar forças para somar na luta e também aprendemos com as dificuldades. Aprendemos como é difícil lutar pela democracia (Rocha, 2009).

Os depoimentos expressam que a inserção no seio da militância estudantil possibilitou a ampliação dos horizontes para uma leitura crítica da realidade e potencializou a construção de valores pautados em uma perspectiva de sociabilidade democrática, livre e emancipatória, a qual se vincula ao projeto construído pelo Serviço Social brasileiro com intenção de ruptura.

Esses acontecimentos vão, progressivamente, forjando um novo modo de ser e pensar o Serviço Social no Estado, que se confrontava com o projeto de formação acadêmico-profissional vigente na Universidade Federal do Piauí e exigia mudanças, como pode ser visualizado no depoimento a seguir:

A reconceitualização chegou aqui no Piauí como uma grande novidade, e no curso de Serviço Social, nós, alunos, começamos a cobrar dos professores que esclarecessem e falassem sobre essa nova orientação da profissão. E a gente descobre que o Serviço Social não podia ser aquilo que os professores repassavam. Tomamos maior contato com o movimento de reconceitualização só através de leituras, contatos com outros Estados nos ENESS. E aí a gente descobre que o curso aqui estava muito atrasado, e então nós passamos a dizer que não queríamos mais aquela coisa pronta, arrumada que nos transmitiam, queríamos o novo (Passos, 1990 apud Silva, 1991, p.156).

Destarte, a história do Serviço Social na UFPI não pode ser compreendida fora do contexto de ampla mobilização popular e efervescência política vivenciado no Brasil e no Piauí, do qual os(as) estudantes foram atores políticos importantes. Todo esse cenário sociopolítico teve rebatimentos no campo da formação em Serviço Social, em que se via cada vez mais a necessidade de se contemplar os debates sociais e políticos da época.

Como se sabe, esse período histórico foi marcado por importantes mobilizações e organizações sociais e políticas no contexto nacional, regional e local. Assim, outros atores e movimentos ganham força, com destaque a Associação de Docentes (ADUFPI), que passa a canalizar a ação política dos(as) professores, levantando, sobretudo, a bandeira de luta social em defesa da educação pública, tendo sua primeira eleição em 1979 (Fonseca Neto, 1995). A participação de docentes e discentes nesses espaços de organização e militância política expressava a inserção do Serviço Social no contexto universitário, que passavam a integrar uma vanguarda progressista no interior das universidades brasileiras (Moraes; Araújo; Silva; Araújo; Silva, 2011).

Foi também nesse período, em meados de 1980, que emergiram as organizações políticas da categoria no Estado, com destaque a Associação Profissional de Assistentes Sociais do Piauí (APAS), o Sindicato de Assistentes Sociais do Piauí (SINDASPI) e o Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS). Esse movimento no cenário piauiense estava sintonizado com o vivenciado pelo Serviço Social no país, inserindo-se ainda em um processo mais amplo de mobilização e articulação da sociedade civil no Brasil.

Essa mobilização da categoria, que se articulava ao movimento histórico de intensa efervescência política do país, foi fundamental para a “virada” do Serviço Social brasileiro, da qual o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) é um marco importante na ruptura com o conservadorismo. Esses eventos ocorridos no cenário nacional repercutiram no contexto piauiense, como pode ser observado no depoimento a seguir, da assistente social Maria Dulce Silva, que esteve à frente da Diretoria do CRAS no período de sua criação, em 1976:

Quando a gente inicia a nossa organização no Piauí, início de 80, a gente não pode esquecer que o final da década de 70, os últimos anos, foram fundamentais, inclusive por todo esse processo de liberalização que a própria sociedade brasileira viveu (abertura política, anistia) e isso teve repercussão no Serviço Social quando ocorreu aquela virada do III CBAS. Toda essa conjuntura política, tudo isso está perfeitamente articulado. Porque a nossa preocupação e a preocupação do Serviço Social, de um modo geral, era com essas análises, análises de conjuntura, com a situação do país, com o papel do Serviço Social (Silva, 1990 apud Silva, 1991, p.73).

Dessa forma, para além da organização a nível de Serviço Social, os(as) assistentes sociais somavam forças com outras categorias profissional e participaram ativamente do processo movimentação da sociedade civil piauiense e, através de lideranças expressivas e de sua entidade sindical, contribuíram para a rearticulação do movimento sindical do Piauí e mesmo no Brasil (Silva, 1991). Assim, “as aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social” (Netto, 2009, p.11).

Esse processo de organização política da profissão no Estado foi impulsionado também pelo engajamento de profissionais recém-formados da UFPI, egressos(as) da primeira e segunda turma, em 1981, que traziam para o movimento profissional a experiência da militância estudantil, em âmbito local e nacional:

Importa assinalar que boa parte dos assistentes sociais dirigentes das entidades organizativas no Piauí passou a integrar o quadro docente do curso de Serviço Social. Isso ocorreu durante o processo de criação e consolidação das entidades. Resguardando-se as motivações de cada profissional, estava colocado no debate cotidiano do movimento organizativo a necessidade de um maior embasamento teórico que significasse suporte ao discurso político e ao avanço da luta político-sindical, como também a possibilidade da experiência organizativa influir qualitativamente no processo de formação profissional. [...] Nesse sentido, procurava-se articular a luta política com a formação profissional. [...] Ocorreu também o inverso. Alguns professores se engajaram no decorrer do processo organizativo, buscando estabelecer correlação entre a atividade do ensino e a organização política (Silva, 1991, p.168).

Assim, verifica-se que segmentos vanguardistas mais progressistas e críticos no âmbito do Serviço Social passavam a se articular no Piauí, assumindo espaço privilegiado na Universidade, disputando a direção do projeto de formação profissional. O depoimento abaixo apresenta alguns aspectos relativos à importância do movimento político da categoria para o curso da UFPI:

Eu vejo, sem dúvida nenhuma, que a organização da categoria, ela traz uma repercussão direta no curso de Serviço Social, não só pela participação direta, tanto dos professores na organização da própria entidade da categoria na vida do curso. O curso era tão fechado até 1980 que a gente não pode nem comparar [...]. Eu acho que teve uma influência muito grande, tanto do movimento estudantil como do movimento da categoria (Passos, 1990 apud Silva, 1991, p.167).

Esse cenário evidencia a atuação política vivenciada por esses sujeitos, na contramão do conservadorismo das origens da profissão, que já repercutia no processo de formação na UFPI. Nessa direção, Guimarães (1990) ressalta que, mesmo com o I Currículo Pleno vigente, na prática, parte do corpo docente do curso de Serviço Social da UFPI já vinha conduzindo mudanças nas suas disciplinas e trazendo para discutir conteúdos que perpassavam as questões vivenciadas pela profissão naquela conjuntura. Portanto, existiam contradições entre o currículo escrito e o vivido no processo formativo.

Logo, a direção conservadora predominante no primeiro currículo da UFPI não implica a inexistência de segmentos progressistas e críticos no âmbito do processo formativo nesse período. Formação entendida para além do currículo e da sala de aula, mas que demanda a compreensão da

universidade inserida na realidade social e no contexto histórico vivenciado no Piauí e no Brasil, da qual os(as) estudantes e professores(as) não estão imunes.

De tal modo, se o projeto de formação da década de 1970 do curso de Serviço Social da UFPI expressa elementos que mesclam, ora a perspectiva de modernização conservadora, ora a reatualização do conservadorismo, as ideias da intenção de ruptura já permeavam os ciclos de debates de estudantes, professores(as) e organizações da categoria no Piauí na época, gestando uma “nova massa crítica” – nas palavras de Netto (2015) – que manifestava uma tendência contra hegemônica no âmbito da profissão e da formação no Estado.

“Intenção de ruptura” que, como denomina Netto (2015), ao contrário das perspectivas anteriores no cerne da renovação da profissão no Brasil tem, em seu núcleo, uma crítica sistemática ao Serviço Social tradicional, visando o rompimento com o pensamento conservador no interior da profissão, a partir de uma aproximação com a tradição marxista. Suas origens estão no processo de democratização que antecede o golpe militar, quando tem início a articulação das classes subalternas e movimentos sociais, que viam horizontes na revolução cubana e na articulação da América Latina pelas lutas sociais. Entretanto, no Brasil, o desenvolvimento dessa vertente é prejudicado pela Ditadura Militar. Por isso, foi somente quando a crise da autocracia burguesa se evidenciava, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva de intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. Assim,

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (Netto, 2009, p.10).

Apesar de suas particularidades, esse movimento também pode ser observado na realidade do Piauí, sobretudo a partir da inserção de discentes, docentes e profissionais na militância estudantil, política e profissional, que se articulava de forma mais ampla com os acontecimentos vivenciados no país naquele período. Esses e outros acontecimentos que vão gerar a necessidade de reformulação do Currículo Pleno de Serviço Social da UFPI, poucos anos após o surgimento do curso. Dessa forma,

[...] as mudanças qualitativas na profissão não são isoladas do contexto histórico. Elas se relacionam organicamente com o movimento concreto da totalidade a que pertencem, seja na direção da ordem vigente, seja na contramão da direção hegemônica. Essa relação orgânica da profissão com o contexto histórico, em qualquer das direções, efetiva-se via movimentos organizativos da categoria profissional, via formação profissional, pela produção acadêmica e pelas práticas interventivas de ruptura com a ordem, ou de manutenção desta (Cardoso, 2016, p.154).

Com efeito, analisar a direção do processo de formação em Serviço Social na década de 1970 e início dos anos 1980 demanda ir além da leitura do Currículo Pleno, compreendendo-o como síntese e expressão

do movimento histórico, social e político vivenciado no Brasil e no Piauí naquele momento. É necessário buscar desvelar as distintas visões de mundo e projetos individuais e coletivos dos segmentos envolvidos – docentes, discentes, supervisores de campo, assistentes sociais, gestores etc. – e compreender como eles imprimem essas concepções na formação, revelando as polêmicas, contradições e possibilidades.

Considerações finais

O significado social do Serviço Social só pode ser desvendado em sua inserção na realidade, como parte do movimento da história, o que implica que esta é uma profissão socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, mas também produto dos sujeitos que a constroem e vivenciam coletivamente, em condições sociais dadas. Nessa perspectiva, torna-se fundamental a preservação da memória e a reconstrução histórica do Serviço Social para que se possa conhecer suas raízes e sua identidade, assim como desvendar as particularidades sócio-históricas, para que se possa responder aos desafios dos novos tempos.

Em 2024, ao se completar sessenta anos do Golpe Militar no país, faz-se urgente rememorar essa trajetória e seus atravessamentos no Serviço Social, no ensino universitário e na sociedade brasileira e piauiense. Ao mesmo tempo, espera-se contribuir colaborando com o acervo da profissão e com as lacunas existentes, especialmente acerca da formação no curso de Serviço Social da UFPI, que comemorará seu cinquentenário em 2026 e permanece na atualidade como o único a ofertar esta formação em uma universidade pública no Piauí.

Ao rever a trajetória da formação acadêmico-profissional na Universidade Federal do Piauí, é possível observar que, em seu surgimento, em meados da década de 1970 ao início de 1980, permeava no curso de Serviço Social uma perspectiva conservadora e tradicional sobre a realidade e a profissão, o que pode ser explicado à luz do cenário do regime ditatorial vivenciado no período. Isso não significa, no entanto, que não existiam segmentos de vanguarda mais críticos a essa vertente, tanto no corpo docente, quanto discente da época, que foram construindo uma direção de ruptura a esse projeto formativo conservador, que conquistou hegemonia no Currículo II, implementado a partir de 1987.

Nesse cenário, foi fundamental a inserção de estudantes e professores(as) de Serviço Social da UFPI na militância política, seja no movimento estudantil, quanto em movimentos organizativos da categoria da época, como na Associação Profissional de Assistentes Sociais do Piauí, no Sindicato de Assistentes Sociais do Piauí e no Conselho Regional de Assistentes Sociais, assim como em outros movimentos sociais emergentes na sociedade brasileira e piauiense que se somavam as lutas pela redemocratização do país. Assim, a dinâmica histórica de crise do Regime Militar e o cenário de efervescência político daí decorrente abriram possibilidades para o Serviço Social romper com o conservadorismo de suas origens e avançar em um projeto de ruptura, articulado a defesa da liberdade, da democracia, da cidadania, dos direitos humanos, da justiça social e da emancipação humana.

Referências:

- ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p.235-263.
- BRASIL. Conselho Federal do Educação – CFE. **Parecer nº 242/70**, de 13 de março de 1970. Fixa o Currículo Mínimo e estabelece a duração do Curso de Serviço Social.
- CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p.141-163.
- CARVALHO, Alba Maria P.; BONETTI, Dilséa A.; IAMAMOTO, Marilda V. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil. **Serviço Social e sociedade**. Ano V, N.14, abril de 1984, p.104-143.
- DANTAS, José Lucena. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. **Cadernos ABESS 4 – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. São Paulo: ABESS/CEDEPSS, maio de 1991, p.64-73.
- FERREIRA, Maria Dalva Macedo. **Memorial descritivo de atividades docentes desenvolvidas para progressão à classe de professor titular classe “e” da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2019.
- FONSECA NETO, Antônio dos Santos. **Movimento Estudantil no Piauí** (Parte II). Revista Cadernos de Teresina. Abril de 1995.
- FONSECA NETO, Antônio dos Santos. **Movimento Estudantil no Piauí** (Parte I). Revista Cadernos de Teresina. Dezembro de 1994.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Alguns aspectos da história da primeira revisão curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**. Texto apresentado no encontro promovido pelo Núcleo de Teoria e metodologia, em 24/05/1990. Teresina- PI, 1990. (Mimeo)
- IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MACIEL, Helbert. **Porenquanto: os comunistas e a derrocada da oligarquia no Piauí**. Teresina: Grafiset, 2020.
- MORAES, Alzimar Mourão; ARAÚJO, Cleonice Correia; SILVA, Jisselda de O. Gonçalves; ARAÚJO, Luciana de Amorim P.M.; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; SILVA, Núbia Élbis C. Esforço de construção de um projeto profissional a partir da ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e (Coord.) **O Serviço Social e o popular: o resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.130-273.
- NETTO, José Paulo. Para uma nova história do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p.49-76.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Org.) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p.1-22.
- PASSOS, Guiomar O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília-DF: 2006.

ROCHA, Masilene. Presidente do DCE-UFPI/197-1989 Gestão “Sacudindo a Poeira”. In: FONTENELLE, Sérgio. **DCE Livre: 30 anos**. Teresina: Fundação Quixote, Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado do Piauí – CCOM, 2009, p. 46-49.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; SILVA, Maria do Rosário Fátima; NASCIMENTO, Liciane Costa. **Proposta de projeto pedagógico para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**. Teresina-PI, 2003. (Mimeo)

SETUBAL, Aglair Alencar. **Sessão Solene de Encerramento da IX Jornada Científica de Serviço Social: 45 anos do curso de Serviço Social da UFPI**. Youtube, Canal DSSUFPI, 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FAWedydnIAI&t=15401s> Acesso em 09 jan. 2024.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e S. **Sessão Solene de Encerramento da IX Jornada Científica de Serviço Social da UFPI: 45 anos do curso de Serviço Social da UFPI**. Youtube, Canal DSSUFPI, 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FAWedydnIAI&t=15401s> Acesso em 09 jan. 2024.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. **A organização político-sindical como mediação da prática interventiva do Serviço Social**. Dissertação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1991.

SILVA, Mônica dos Anjos. **A inserção do pensamento marxista no serviço social piauiense e sua relevância para a prática profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Bacharelado em Serviço Social. Cristo Faculdade do Piauí – CHRISFAPI, Piripiri-PI: 2019.

SILVA, Valéria. Presidente do DCE-UFPI/84-85 Gestão Nascente: Nada será como antes. In: FONTENELLE, Sérgio. **DCE Livre: 30 anos**. Teresina: Fundação Quixote, Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado do Piauí – CCOM, 2009, p. 39-41.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940 – 1980)**. Curitiba: CRV, 2022.

SUDÁRIO, Ana Rosa. **Falas, imagens, escritos e risos: uma história e memória do movimento estudantil universitário em Teresina (1979 – 1984)**. Dissertação. Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2008.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. CEPEX. **Resolução nº 10/1987**, de 06 de julho de 1987. Aprova Proposta do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1987.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. CONSUN. **Resolução nº 02/1976**. Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 1976.

Notas

¹ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Coordenadora/ líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Serviço Social e Saúde Mental (UFPI). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8747804572721413>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0432-1816>. E-mail: socialaurentino@ufpi.edu.br.

Recebido em: 17 de jan. 2024

Aprovado em: 10 de abr. 2024